

PROJETO DOM HÉLDER CÂMARA
DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL PARA
O SEMI-ÁRIDO DO NORDESTE

RELATÓRIO DE PESQUISA DE CAMPO:
O “TERRITÓRIO” DO CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO

MÁRCIO DE MATOS CANIELLO

10 DE DEZEMBRO DE 2001

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
METODOLOGIA	4
POTENCIAL ECONÔMICO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DE BASE FAMILIAR	4
Políticas compensatórias e programas de crédito	4
Configuração do tecido produtivo	8
➤ Caprinovinocultura.....	8
➤ Agricultura.....	13
➤ Avicultura e suinocultura	15
➤ Piscicultura	15
➤ Apicultura.....	16
➤ Artesanato.....	16
➤ Turismo.....	17
Tecnologias alternativas para a convivência com o semi-árido	18
AMBIENTE INSTITUCIONAL	18
A ordem política e a postura dos prefeitos.....	18
Conselhos e associações	19
SIMETRIA E EQUILÍBRIO DE INTERESSES.....	20
SUPORTE TÉCNICO	21
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E CULTURAL	22
Produção cultural.....	22
O Colégio Agrícola de Sumé	22
BIBLIOGRAFIA.....	25

INTRODUÇÃO

O Cariri Ocidental é uma microrregião do estado da Paraíba composta por 17 municípios que se localiza na mesorregião da Borborema, em plena “diagonal seca”, onde se observam os menores índices de precipitação pluviométrica do semi-árido brasileiro, com médias anuais históricas inferiores a 400 mm, pois os ventos úmidos da convergência intertropical e dos alísios são barrados pelos paredões que formam a chamada “depressão do Cariri” (Cf. Cohen & Duqué, 2001: 47-8). Os seus solos rasos e litóricos, com muitos afloramentos rochosos, apresentam uma alta susceptibilidade à desertificação, situação que é agravada pelo alto grau de desmatamento provocado por séculos de exploração econômica baseada em práticas tradicionais de manejo, como as ainda freqüentes queimadas (Cf. Duarte, 2001).

Basta correlacionarmos essa situação ecológica altamente adversa a alguns indicadores sociais da microrregião – IDH-médio: 0,38; renda familiar per-capita: 0,75 salários mínimos – para termos um indicativo da condição de extrema pobreza do Cariri Ocidental paraibano.

Entre os municípios dessa região, seis têm assentamentos da reforma agrária sob responsabilidade do governo federal e, por esta razão, foram escolhidos pela UGP para a implantação do Projeto Dom Hélder Câmara: **Camalaú** (PA Beira-Rio, PA Cachoeirinha e PA Novo Mundo), **Coxixola** (PA Pinheiros, PA Boa Vista I e PA Asa Branca), **Monteiro** (PA Santa Catarina), **Prata** (PA Renascer), **São Sebastião do Umbuzeiro** (PA Estrela D’Alva e PA dos Dez) e **Sumé** (PA Mandacaru e PA Serrote Agudo).

Este relatório preliminar, resultado de uma pesquisa de campo feita entre os dias 26 de novembro e 7 de dezembro de 2001, destina-se a fundamentar esta escolha hipotética, considerando-se os seguintes critérios preferenciais:

- ✓ Potencial econômico para o desenvolvimento rural de base familiar;
- ✓ Ambiente institucional;
- ✓ Simetria e equilíbrio de interesses;
- ✓ Suporte técnico;
- ✓ Organização social e cultural.

METODOLOGIA

O objetivo da pesquisa – fazer um “diagnóstico impressionista” para testar a hipótese da UGP –, a exigüidade do tempo, o número de municípios do território escolhido, o conjunto de critérios a serem observados e a minha própria formação de antropólogo, definiram a metodologia que usei para fazer a pesquisa de campo: primeiro, a definição de um “município pólo”, onde eu pudesse, o quanto possível, realizar uma observação em profundidade e, depois, a realização de visitas exploratórias aos outros municípios para completar o quadro geral do “território”, bem como para identificar especificidades porventura existentes.

Consideramos essa estratégia adequada porque a examinarmos a discussão recente sobre a noção de “território” e suas repercussões para o desenvolvimento rural sustentável (Cf. Abramovay, 2000; Sabourin, 1999), ponto de partida teórico para o planejamento das ações do PDHC (Cf. UGP, 2001), veremos que o conceito se refere a uma “trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades” (Abramovay, 2000), que, grosso modo, supõe um quadro de semelhanças entre as suas unidades constitutivas que permite ao pesquisador, diante da premência da apresentação de seu parecer, tomar a parte privilegiada na observação de campo pelo todo que constitui o “território” demarcado hipoteticamente.

Neste sentido, escolhemos como foco da observação o município de Monteiro, que é considerado como um “pólo” tanto pela classificação oficial (Cf. IDEME, 1999) quanto pelos próprios habitantes da microrregião. Aliás, as incursões aos outros municípios vieram a confirmar, sobretudo, que Monteiro pode ser considerado como um “modelo” bastante significativo do quadro econômico, político e social do “território” pesquisado. Sem embargo, o aprofundamento da pesquisa em tempo mais hábil poderá e deverá revelar nuances que, infelizmente, este relatório não terá condições de explicitar.

POTENCIAL ECONÔMICO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DE BASE FAMILIAR

Políticas compensatórias e programas de crédito

Nos últimos 30 anos e, especialmente, na década de 90, os períodos de seca se

amiudaram sensivelmente no Nordeste do Brasil, trazendo conseqüências desastrosas para a economia da região. No Cariri Ocidental, atividades tradicionais como a pecuária bovina e a produção de milho e feijão sofreram forte impacto e empreendimentos importantes como o perímetro irrigado de Sumé, por exemplo, tornaram-se praticamente inviáveis.

Em contrapartida, a disseminação de políticas públicas compensatórias, como os programas de suporte alimentar e de saúde, os programas de garantia de renda mínima e a massificação da aposentaria rural, principalmente, vieram a dar algum alento ao combalido quadro econômico da região. Com efeito, é de voz corrente a idéia de que “a nossa maior divisa é o INSS”, como sentencia um dos mais combativos líderes sindicais do Cariri Ocidental (Cf. Batista, 1997), refletindo a expressão vulgar, usada por prefeitos e populares, por comerciantes e produtores rurais, por professores e políticos, de que “o dinheiro dos velhos é o que movimentava a nossa economia”. Aliás, em observação arguta, uma informante de 65 anos me fez ver algo que, depois de uma semana em campo, eu não havia registrado: “Antes da aposentadoria, tinha muita gente pedindo esmola e hoje não tem mais”. De fato, um aposentado, presidente de uma das associações do PA Santa Catarina, me disse: “Se não fosse a aposentaria, a gente estava num mato sem cachorro”.

BOX 1

**Suplementação Alimentar / Garantia de Renda Mínima / Aposentadoria Rural
Município de Monteiro
(levantamento parcial)**

Sopão (municipal).....	3.000 pratos e pães/dia
Programa do leite (estadual).....	700 litros/dia
Bolsa Alimentação (leite e óleo de soja p/ gestantes e nutrizes).....	?
Aposentadoria rural.....	5.000
Bolsa Renda.....	1.360
Bolsa Escola.....	2.200

Sem embargo, pude perceber que esse pensamento é acompanhado, não raro, por avaliações críticas que refletem, por um lado, um certo sentimento de indignação provocado por aquilo que uma informante de 27 anos, líder de uma associação de pequenos produtores rurais de Monteiro, chamou de “assistencialismo do governo”, e, por outro, uma

clara disposição das pessoas em empreenderem atividades econômicas produtivas que lhes garanta a sobrevivência através do seu trabalho. Como nos disse a prefeita de São Sebastião do Umbuzeiro, “Pode ser como for, mas quando cai a primeira chuva, a gente planta o nosso milho e feijão”.

Penso que este tipo de avaliação corrobora a tese de que “a luta contra a pobreza na região [do semi-árido nordestino] passa fundamentalmente pelo reforço do empreendedorismo individual e coletivo” (Abramovay, 2001), pois, se as políticas compensatórias são avaliadas com base no que realmente elas são, paliativos para uma situação-limite e não soluções para problemas estruturais, quando se fala nos programas de microcrédito, especialmente no PRONAF, a avaliação é bem outra. O presidente de uma associação de pequenos produtores de Monteiro, por exemplo, falando aos associados em uma reunião que presenciei disse: “vamos continuar em projeto, porque tudo é projeto”. José Cláudio se referia ao pagamento da primeira parcela do PRONAF-B, a que tiveram acesso 12 pequenos produtores de sua associação. Segundo Clemilda, sua irmã, destes 12, 8 “aplicaram bem” e estavam de posse dos 310 reais necessários para a amortização e os outros 4 iriam renegociar. Havia uma clara euforia entre os tomadores, que decidiram ir pagar a dívida em grupo no Banco do Nordeste de Sumé no dia 18 de dezembro, aproveitando a viagem para visitar o Colégio Agrícola.

Embora o acesso ao crédito seja louvado, pois, segundo José Cláudio, “há cinco anos atrás o crédito era só para os grandes”, a forma de liberação dos recursos foi duramente criticada por várias pessoas. No caso do Cariri paraibano, o PRONAF-B se destina, quase exclusivamente, para o financiamento da compra de caprinos, pois, como veremos a seguir, a caprinovionocultura é hoje considerada como uma espécie de redenção para a decaída economia do semi-árido. O problema é o chamado “esquema de feira”. Segundo vários informantes, o tomador de crédito é “obrigado” a comprar os animais nas feiras promovidas pelo Banco do Nordeste e lá eles ficam “na mão dos agiotas”, pois os animais oferecidos são sobrevalorizados a partir do que seria um conluio entre os avaliadores e os donos dos animais¹. Tive a oportunidade de ir a uma feira de animais em

¹ É necessário aprofundar a pesquisa para obtermos uma visão mais detalhada do “esquema de feira”, que, obviamente, foi negado pelos agentes de desenvolvimento do Banco do Nordeste que entrevistei.

Monteiro e pude verificar a discrepância: uma “cabra média” – isto é, uma cabra de baixa qualidade genética – é vendida a um preço que varia entre 70 e 80 reais, enquanto a mesma cabra atinge, no máximo, o valor de 40 reais nos negócios realizados “na rua”, isto é na feira semanal da cidade. A negociação é constrangedora: o interessado vai a um dos boxes onde estão os animais e, cercado de curiosos, vê a “equipe de avaliadores” dar o laudo, que é passado para ele assinar; feito isso, os animais são ferrados e o comprador entra numa fila para receber o aceite do Banco. Não há nenhum espaço para a barganha.

Essa não é uma prática recente e nem se resume ao PRONAF, pois o presidente de uma das associações do PA Santa Catarina me disse que a grande maioria dos assentados não pode hoje tomar crédito por estar inadimplente em um financiamento do PROCERA, tomado em 1998. Segundo seu Manoel Amaro, que foi corroborado por seu José, antigo posseiro da fazenda e meu “guia” no assentamento, assim que o projeto foi assinado, “a EMATER inventou uma feira” e, mesmo antes da construção das cercas, da perfuração dos poços e do plantio do suporte forrageiro, também financiados, eles foram “obrigados a comprar o gado, pois se não comprasse, perdia o dinheiro”. “A vaca era vendida a 700, quando valia 300”; “empurraram os animais goela abaixo”; “não tinha um técnico do INCRA”. Seu José me contou vários casos, ele que não se submeteu ao “esquema” e atribui a ele a situação de penúria dos assentados endividados, pois, comprados os animais, em breve eles foram perdendo e peso e sendo vendidos “para não ver morrer”. “Seu fulano comprou uma vaca a 1.500 e teve que vender a 150”. Seu Manoel Amaro resumiu o quadro: “Só quem teve lucro foram os vendedores e hoje nós não estamos podendo pegar o PRONAF-B. Aqui tem muita gente passando fome”. Vale a pena transcrevermos o depoimento do presidente do STR de São Sebastião do Umbuzeiro sobre o assunto:

“... Essas feiras de animais é um controle do banco. Rapaz, para você ter uma idéia, é uma máfia cachorra da moléstia. O banco e as prefeituras vão fazendo um monte de projetos, agora com o ‘pronafinho’. Aí, inventam uma feira. O banco só libera o dinheiro na época da feira de caprinos. Aí, vêm os fazendeiros de fora da região e se articulam no estado. Aí, traz criação, vai vender. Por exemplo, compra ali por 90 reais, sai dali pra vender, chega na roça dele, é 30, 40.”

Configuração do tecido produtivo

➤ Caprinovinocultura

A caprinovinocultura é considerada hoje como uma atividade econômica estratégica para o desenvolvimento sustentável do Cariri paraibano, em particular para o desenvolvimento rural de base familiar, figurando como a principal diretriz dos programas de fomento, como o “Farol do Desenvolvimento” do Banco do Nordeste e o “Pacto Novo Cariri” promovido pelo SEBRAE em articulação com as prefeituras, o governo do Estado e outras instituições². Alias, como já dissemos, o PRONAF-B só é liberado, praticamente³, para o financiamento da caprinovinocultura.

De fato, a criação de ovinos e caprinos é uma atividade tradicional no Cariri, pois esses animais são bastante resistentes e bem adaptados às condições do ambiente, especialmente no que tange ao suporte forrageiro. Neste sentido, vários informantes nos relataram a potencialidade das espécies nativas e climatizadas para a sua nutrição, as quais são utilizadas in natura ou através de fenação ou mucilagem, conforme o caso: palma forrageira, mandacaru⁴, xique-xique, macambira, maniçoba, catingueira, sisal, algaroba (vagem e ramos), leucena, cunhã, capim buffel e avelós (que é também um eficiente anti-helmíntico), dentre outras menos citadas. Além disso, a boa disponibilidade de água do lençol freático localizado sob o “escudo cristalino”, trazida à superfície por vários poços profundos instalados na zona rural de toda microrregião, embora seja inadequada para o consumo humano em função da salinidade é boa para os animais, inclusive porque lhes fornece o sal de que necessitam.

É importante ressaltar que a caprinovinocultura é uma atividade historicamente desenvolvida pelos pequenos produtores, uma vez que os grandes proprietários da região se dedicam, quase exclusivamente, à pecuária bovina. Entretanto, a criação de caprinos e ovinos sempre foi considerada como uma atividade subsidiária à agricultura, espécie de “reserva estratégica” para os momentos de dificuldade do produtor familiar, especialmente nos períodos de seca, quando um ou mais animais são vendidos para garantir a renda da

² Cf. “Ambiente institucional”.

³ Há alguns poucos projetos para o financiamento do artesanato de renda renascença.

⁴ Um informante nos disse que a UFPB já desenvolveu o mandacaru sem espinho, mas não tivemos condições de verificar esta informação.

família ou abatidos para o consumo. Em função disso, há uma depreciação velada da atividade, pois como me disse seu Sebastião, pequeno produtor de 85 anos, “bode só serve para incomodar vizinho”. Seu neto, que é presidente de uma associação de pequenos produtores e criador de caprinos, retrucou: “Há uns três ou quatro anos, o bode era criação de muniça, de ladrão mesmo. Aí veio o Banco do Nordeste e está essa febre...”.

Essa não é a única barreira cultural⁵ para a consolidação da caprinovinocultura como atividade econômica sustentável no Cariri ocidental, pois embora a carne seja a peça de resistência do cardápio local, o leite e o queijo de cabra não são tradicionalmente produzidos ou consumidos na região, enquanto o beneficiamento da pele é praticamente inexistente, pois da forma como são criados, os animais apresentam ferimentos que inviabilizam a utilização do couro.

Seja como for, o “desenvolvimento da cadeia produtiva da caprinovinocultura” (SEBRAE, 2001) tem sido considerada como uma espécie de redenção para o Cariri paraibano, não apenas em nível institucional, mas também pela população em geral, e é importante frisar que a “capacitação” é um dos pilares das ações desenvolvidas neste sentido⁶.

Na prática, o programa envolve três etapas: (1) leite e derivados; (2) carne; e (3) pele. A primeira etapa já foi iniciada em cinco municípios da microrregião – Monteiro, Prata, Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro e Amparo – com a instalação de mini-usinas de beneficiamento do leite, numa parceria entre prefeituras, Banco do Nordeste, UFPB, SEBRAE e governo do Estado⁷. Descreveremos a experiência de Monteiro para que se tenha uma idéia do programa.

O chamado “programa da caprinovinocultura” foi iniciado há dois anos, numa parceria entre a Prefeitura de Monteiro, a AOCOP (Associação do Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano), a Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do

⁵ Este tema requer mais pesquisa.

⁶ Não há tempo para discutirmos agora as possíveis repercussões de um programa de desenvolvimento baseado em uma atividade que, embora “tradicional”, necessite de um grande esforço de “capacitação” para se tornar economicamente sustentável, mas dá para desconfiar de sua eficácia. Sugiro que esta questão deva ser aprofundada na pesquisa e tomada como um ponto a ser monitorado permanentemente.

⁷ Duas outras mini-usinas serão instaladas nos próximos meses em Sumé e Camalaú (no PA Novo Mundo).

Estado da Paraíba, o Banco do Nordeste e o SEBRAE (com recursos do PROCARIRI através do “Pacto Novo Cariri”). Para melhor viabilizar o programa foi criado o CENDOV (Centro de Desenvolvimento Integrado da Ovinocaprinocultura), autarquia ligada à Prefeitura de Monteiro, que tem orçamento próprio e cujos principais objetivos são a captação de recursos, a celebração de convênios e a assistência técnica. O quadro de pessoal é composto por um veterinário (superintendente do Centro), um zootecnista, um técnico agrícola, um técnico administrativo e cinco agentes de desenvolvimento rural (técnicos de nível médio treinados e remunerados pelo SEBRAE que dão assistência técnica aos produtores e trabalham nas mini-usinas⁸).

O CENDOV atua em quatro municípios – Monteiro, Prata, São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê – e está instalado na antiga “Fazenda da EMBRAPA”, recuperada pela Prefeitura de Monteiro e onde funcionam a Secretaria de Serviços Rurais, Meio Ambiente e Recursos Hídricos do município, o Parque de Exposições e o banco de germoplasma do agave, com 78 variedades da espécie. Além da mini-usina de leite, o CENDOV administra uma unidade de beneficiamento da vagem de algaroba e um laboratório de inseminação artificial, possuindo reprodutores e cabras das raças Boer (de corte) e Parda Alpina (de leite).

Segundo o superintendente do CENDOV (corroborado por vários depoimentos, como o do secretário de Serviços Rurais, dos agentes de desenvolvimento do Banco do Nordeste e dos funcionários do SEBRAE), o “fechamento da cadeia produtiva do leite” foi considerado prioritário por uma “decisão técnica”, mas, se analisarmos as condições da produção tradicional, havemos de, pelo menos, desconfiar desta decisão. Ora, como já vimos, a carne e não o leite sempre foi o principal, senão o único, produto econômico da caprinovionocultura no Cariri paraibano e as cabras, de baixa qualidade genética, apresentam baixa produtividade leiteira. Assim, não seria mais lógico iniciar o processo pela “cadeia produtiva da carne”, o que, a rigor, exigiria menos “capacitação” e mudanças nos hábitos produtivos e de consumo, menores investimentos em equipamentos (bastaria recolocar em funcionamento o frigorífico de boa capacidade existente em São João do Cariri) e até maiores perspectivas de comercialização, já que a carne, macia e saborosa, tem

⁸ A maioria dos técnicos que conheci são mulheres.

alta aceitação no mercado nordestino e grande possibilidade de se firmar no mercado nacional e internacional em virtude, principalmente, de seus baixos teores de gordura e colesterol? A considerarmos o depoimento do superintendente do CENDOV, Francisco Rubens Remígio, havemos de supor que a decisão foi, na melhor das hipóteses, política⁹:

“O governo se comprometeu a comprar [o leite] e a financiar os equipamentos através de associações comunitárias através de recursos do Projeto Cooperar, que são recursos do Banco Mundial, que são a fundo perdido... Para a associação, não sei se para o governo são a fundo perdido. Então, a gente fez um projeto... a gente conveniou o CENDOV com a AOCOP e fez o projeto do leite. Mandamos para o Projeto Cooperar e foi aprovado na ordem de R\$ 83.000,00, com a contrapartida nossa de R\$ 10.000,00 [...] Compramos os equipamentos e organizamos 100 produtores cadastrados; dos 100, apenas 33 colocam o leite [...]. A associação compra o leite dos produtores a R\$ 0,70 e vende ao governo do Estado através da FAC (Fundação de Ação Comunitária) por R\$ 1,00. Fica R\$ 0,30 para a associação gerenciar o programa.”

Em primeira análise, o “programa do leite” parece interessante, pois a formulação de uma ação voltada para o desenvolvimento que articula o estímulo à atividade produtiva de base familiar às demandas das políticas públicas do governo apresenta um tom, digamos, “politicamente correto”. Entretanto, várias questões podem ser levantadas em relação à “sustentabilidade” do programa. Por exemplo, até quando o governo vai continuar comprando o leite a esses preços, já que o leite de vaca pode ser comprado ao produtor por R\$ 0,40, em média? As usinas privadas, como a do deputado estadual Assis Quintans que está sendo implantada em Sumé, manterão os preços pagos pelo governo? Com tais preços e com tal estímulo à tomada de financiamento para a compra de animais, futuramente não pode haver um crescimento da oferta a ponto dos pequenos produtores se verem obrigados a venderem o leite a baixos preços ou mesmo a perderem a sua produção?

Aliás, fui informado de que há alguns dias houve um excedente de 3.000 litros de leite, que foram comprados pelo governo estadual e “distribuídos na periferia, sem cadastramento nem nada”, segundo um informante, sócio da AOCOP. Na última reunião da associação, “o pau quebrou” porque foi discutida a definição de cotas de fornecimento. Um

⁹ Diante da exigüidade do tempo não tenho condições de castigar a questão, mas uma série de outras variáveis dispersas pelos vários depoimentos que colhi indicam que é necessário aprofundar a análise.

dos sócios, que fornecia 150 litros de leite por dia (pequeno produtor?!), extremamente agastado, “tirou os latões da usina”.

Seja como for, atualmente a usina de Monteiro produz 700 litros de leite por dia, que são comprados pelo governo e destinados para distribuição entre famílias carentes (PROALIMENTO) e para utilização na merenda escolar¹⁰, mas, segundo os envolvidos no programa, a busca de novas alternativas de produção e de comercialização estão em curso, pois as usinas têm equipamentos para a produção de iogurte, queijos e doce. Neste sentido, nos dias 5 e 6 de dezembro o SEBRAE ofereceu um curso de produção de iogurte e queijo para os funcionários das usinas apoiadas pelo CENDOV, ministrado por um técnico de uma empresa especializada. Certamente, a diversificação dos produtos, acompanhada de campanhas de divulgação e da busca de novos mercados pode vir a consolidar a “cadeia produtiva do leite”, mas é preciso aprofundar a pesquisa sobre o tema.

Por outro lado, o “fechamento” das cadeias produtivas da carne e da pele também pode dar maior sustentabilidade ao programa. Neste sentido, segundo o superintendente do CENDOV, há planos de instalação de frigoríficos para 2002, embora nenhuma providência concreta para tal tenha sido citada por ele. Por outro lado, segundo o presidente do STR de São Sebastião do Umbuzeiro, “por iniciativa do movimento”, a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário) da CUT (Central Única dos Trabalhadores) vai oferecer um curso de processamento de carne de caprinos e ovinos aos assentados dos PA’s Estrela D’Alva, Dos Dez (São Sebastião do Umbuzeiro) e Santa Catarina (Monteiro) em janeiro de 2002, o qual será desenvolvido em quatro módulos: (1) capacitação nos assentamentos; (2) pesquisa de mercado; (3) infra-estrutura; (4) cooperativa.

Em relação ao couro, estuda-se a implantação de curtumes, que utilizariam a casca do angico, árvore nativa, como curtidor natural (já há um curtume em Cabaceiras, no Cariri Oriental, utilizando esta tecnologia não poluente). Segundo o superintendente do CENDOV, o curtume da família Mayer, de Sumé, estaria sendo repassado para o Banco do Nordeste para sanar dívidas e sendo oferecido à AOCOP para reativação.

Por outro lado, já há uma experiência interessante em relação ao trabalho com o

¹⁰ Há uma previsão de compra de 1.400 litros/dia a partir de 2002, segundo o superintendente do CENDOV.

couro de caprinos e ovinos, que é a COOPERCOU, uma cooperativa formada em Monteiro por iniciativa própria de 20 pessoas – “todos pessoal pobre, da zona rural e da periferia”, segundo José Luís, um dos cooperados – que, desempregadas, resolveram se juntar para “conseguir uma forma de geração de renda”. Inicialmente, a idéia era a reciclagem de plástico, mas, ao procurarem o SEBRAE, foram orientados a se dedicarem ao fabrico do tressé¹¹, que é produzido, basicamente, por trabalho manual. Os cooperados fizeram um curso de capacitação técnica em couros no SENAI e alguns cursos de capacitação empresarial e de qualidade de produção no SEBRAE, aplicaram R\$ 7.000,00 de economias próprias para a compra de um maquinário básico e já começaram a produzir o tressé. Segundo os cooperados que entrevistei, “todos trabalham em tudo” – isto é, na produção e no gerenciamento do empreendimento – e estão para fechar um contrato de terceirização com uma empresa de calçados de Campina Grande. Pude perceber claramente o entusiasmo e a disposição para o trabalho destas pessoas, cujo principal objetivo é a exportação do produto. Neste sentido, o SEBRAE já colocou o grupo em contato com um professor do Curso de Design Industrial da UFPB, que irá disponibilizar estagiários de design de calçados para a COOPERCOU e está intermediando um encontro do grupo com executivos de duas empresas européias interessadas na compra de produtos de pelica. Segundo os cooperados, o próximo passo será estudar a viabilidade de apresentar um projeto a uma linha de financiamento do BIRD/BNDES.

Portanto, o “a cadeia produtiva da caprinovionocultura” tem todas as condições de fomentar o desenvolvimento sustentável do Cariri paraibano, mas é necessário não incorrer no erro de considerá-la como uma “salvação” e tal como os outros ciclos econômicos – da pecuária bovina, do algodão e do sisal – ter um início promissor, um apogeu áureo e um declínio desastroso. Neste sentido, a articulação da caprinovionocultura a outras atividades econômicas é fundamental para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento rural do Cariri Ocidental da Paraíba.

➤ **Agricultura**

Embora a seca em anos seguidos venha dificultando ao extremo a produção agrícola

¹¹ “Couro trançado utilizado para o cabedal (parte superior) dos calçados, feito com pele caprina, que resulta na pelica, material finíssimo e confortável” (SEBRAE, 2001b: 4)

no Cariri Ocidental, esta ainda é uma atividade central da economia da microrregião. Em virtude disso, outra linha estratégica do “Pacto Novo Cariri” é a “diversificação da base agrícola”. A seguir, listaremos as principais atividades agrícolas desenvolvidas na microrregião:

Feijão, milho, mandioca e batata-doce: culturas de “sequeiro” ou de “vazante”, são fundamentais para a “reprodutibilidade” da economia familiar. São plantadas anualmente no período das chuvas em todo o Cariri Ocidental, mas podem ser irrigadas.

Tomate, pimentão, cenoura e beterraba: são plantados em municípios que dispõem de um bom aporte hídrico, como Camalaú e Coxixola. Vários métodos alternativos de irrigação são usados, como o microgotejamento e a micro-aspersão com hastes de cotonetes.

Fruticultura: a goiaba é “quase nativa”, como nos disse o Secretário de Serviços Rurais de Monteiro, e já foi produzida em larga escala no município, mas a seqüência de anos secos inviabilizou o plantio. O coco e a banana são plantados em Camalaú e Coxixola. No Colégio Agrícola de Sumé, do qual trataremos mais adiante, há experimentos bastante promissores de cultivo com irrigação por gotejamento da uva, caju, graviola, maracujá, pinha sem caroço, laranja cravo, poncã, laranja mimo do céu, goiaba e manga. Há também as frutas nativas como o umbu e o fruto da palma.

Algodão: é uma cultura comercial extremamente bem adaptada aos solos da região, que produziam o melhor algodão brasileiro. A planta continua sendo cultivada em muitos lugares do Cariri Ocidental paraibano, como no PA Santa Catarina. Há experiências de plantio do algodão colorido desenvolvido pela EMBRAPA em Camalaú. Como se sabe, os fios sintéticos e a praga do bicudo praticamente inviabilizaram a produção de algodão no Cariri Ocidental, mas o grande avanço no desenvolvimento de variedades híbridas resistentes e com boa produtividade e o aumento da demanda mundial por fibras naturais pode revigorar a cultura na região. Vários informantes, principalmente pequenos produtores, nos afirmaram que é bastante viável a retomada do plantio em grande escala. Há experiências de plantio consorciado com plantas nativas da região.

Sisal: outra cultura comercial que teve o seu “ciclo” no Cariri Ocidental e hoje tem boas perspectivas, pois sua fibra vem sendo utilizada pela indústria automobilística

(estofamento) e substituindo o amianto em vários produtos. Além disso, a planta pode ser utilizada como ração e no artesanato.

Caroá: esta bromeliácea nativa da região dá uma excelente fibra, a qual, segundo o padre Arruda Câmara, seria “melhor do que o linho”. No início do século, o caroá era beneficiado na Fazenda Estrela D’Alva, em São Sebastião do Umbuzeiro e, atualmente, o prof. Daniel Duarte, da UFPB, desenvolve pesquisa sobre o tema no PA instalado nesta Fazenda, com vistas à elaboração de sua dissertação de Mestrado no PRODEMA. O objetivo do professor é mapear a ocorrência da planta, identificar “manchas” qualitativas e desenvolver um programa de geração de renda baseado na sua exploração usando pequenas máquinas movidas a energia solar (ele está projetando o protótipo com a LABOREMUS, indústria de máquinas agrícolas sediada em Campina Grande). A idéia é transformar o PA em uma Unidade de Conservação (UC), implantando uma reserva extrativista (RESEX) no local, que seria a primeira do semi-árido brasileiro. Assim, os produtos teriam o “selo verde”, fundamental para a sua inserção no mercado internacional. Segundo o professor, pesquisas apontam que a fibra, que era utilizada para a confecção de tecidos, cordas, barbantes, sacos de estopa e chapéus, pode ser usada para o fabrico de cortinas e carpetes anti-ácaro.

➤ **Avicultura e suinocultura**

A criação de porcos e galinhas é usual nas pequenas propriedades, embora não seja considerada uma “atividade produtiva”, uma vez que os animais e seus produtos são usados, primordialmente, para a subsistência. Entretanto, há um potencial muito grande para a comercialização do frango caipira e de ovos de capoeira, produtos da “avicultura alternativa”, que vem sendo desenvolvida em experimentos na Escola Agrícola de Sumé e que está prevista no programa de reativação do perímetro irrigado daquela cidade, que é um plano-piloto do “Projeto de Reativação de Perímetros Irrigados” do DNOCS. Quanto à carne de porco, poder-se-ia incluí-la no plano dos frigoríficos da cadeia produtiva da carne da caprinovionocultura.

➤ **Piscicultura**

Nos municípios com bom aporte hídrico – Camalaú e Coxixola – já se cria tilápia em pequena escala e há um experimento neste sentido na Escola Agrícola de Sumé. No

plano de reativação do perímetro irrigado de Sumé está prevista a criação de peixe e camarão em tanques com rejeito de dessalinizadores.

➤ **Apicultura**

Embora a apicultura não seja explorada sistematicamente na microrregião, esta atividade tem um bom potencial, pois a coleta do mel das abelhas nativas é usual entre os habitantes da zona rural. Segundo o presidente do STR de São Sebastião do Umbuzeiro, há “vários projetos” para o desenvolvimento da apicultura no Cariri Ocidental, dentre eles, um no PA Estrela D’Alva¹². Além disso, uma das ações previstas no projeto “diversificação da base agrícola” do Pacto Novo Cariri é o desenvolvimento da apicultura, com a previsão de instalação de 20 colmeias na microrregião (Cf. SEBRAE, 2001).

➤ **Artesanato**

O principal produto artesanal do Cariri Ocidental paraibano é a “renda renascença” (ou “renda irlandesa”) e há uma estimativa de que em cinco municípios, três dos quais incluídos no “território” escolhido pelo PDHC (Monteiro, São Sebastião do Umbuzeiro e Camalaú), haja em torno de 4.000 rendeiras (Cf. SEBRAE, 2001c: 7). Trabalho exclusivamente feminino, a renda renascença pode se tornar um fator importante de composição da renda familiar se o “problema do atravessador” for superado, pois a renda tradicionalmente produzida na região é comprada a baixos preços por comerciantes pernambucanos para revenda nas cidades de Poção e Pesqueira (PE).

Atualmente, há um projeto sendo desenvolvido pela ONG Parai’wa, com apoio do SEBRAE, mas a atuação da ONG foi duramente criticada por vários informantes, inclusive um agente de desenvolvimento do Banco do Nordeste que nos disse, textualmente, que “a Parai’wa é um atravessador”¹³. Seja como for, o Projeto Rendas do Cariri implantou a Casa das Rendeiras em Monteiro, único ponto comercial disponível na região para a compra do produto, e instalou uma oficina-escola na cidade de Camalaú, onde adolescentes de 12 a 18 anos recebem uma bolsa de R\$ 20,00 para aprenderem o ofício, que lhes é ensinado por “facilitadoras”, rendeiras do local que recebem um salário mensal de R\$ 110,00. As alunas também recebem reforço escolar administrado por “mestras” que recebem um salário de R\$

¹² Não consegui confirmar esta informação.

¹³ Sem dúvida, este é um ponto que deve ser aprofundado na pesquisa.

150,00. Além disso, são oferecidos cursos de capacitação para rendeiras que desejam trabalhar como “facilitadoras” nas oficinas-escola. Segundo Marlene, responsável pela Casa das Rendeiras, o SEBRAE faz contatos para encomendas e feiras.

Além das rendas, também são produzidos no Cariri Ocidental vários outros tipos de artesanato, como bordados, peças em madeira, cerâmica, couro, sisal, palha, brinquedos, bonecas de pano etc. O potencial é enorme, mas há, pelo menos, dois grandes entraves para o desenvolvimento do artesanato na região: em primeiro lugar, a dificuldade de organização de associações e cooperativas em função da influência deletéria de grupos políticos; em segundo lugar, o absenteísmo do poder público em fomentar a atividade. Entretanto, há pelo menos uma boa perspectiva para o ano de 2002: tanto em Monteiro quanto em Sumé, as prefeituras municipais planejam a implantação de “Casas da Cultura”, onde os artesãos poderão expor os seus produtos para a venda.

➤ **Turismo**

Seguindo uma tendência do momento, o turismo é considerado como um setor estratégico para o desenvolvimento sustentável do Cariri Ocidental paraibano, especialmente nas áreas de ecoturismo, turismo rural, turismo religioso, turismo cultural e turismo de eventos. Neste sentido, o PROTUR, um programa do SEBRAE, que conta com o apoio de várias entidades, como IPHAEP, PRODETUR, SUDEMA e Banco do Nordeste, está desenvolvendo uma ação integrada em 8 municípios da microrregião com o intuito de montar um roteiro turístico.

Além dessa ação, algumas prefeituras do Cariri Ocidental já vêm investindo no setor por iniciativa própria. Prata, por exemplo, está classificada como “município turístico” pela EMBRATUR e a prefeitura – apoiada por uma ONG local, o Centro Vida Nordeste – vem estimulando bastante o ecoturismo no município, com a promoção de passeios pelas trilhas da Serra da Matarina e eventos, como o 1º Encontro de Ecoturismo, realizado este ano. Como forma de divulgação, foram lançados 4 cartões telefônicos com aspectos do município e está previsto o lançamento de um selo postal temático sobre a preservação da caatinga. Para 2002, está programado o “Encontro Internacional de Convivência com o Semi-Árido”, que deverá, segundo o prefeito do município, “inserir os agricultores”. No município há sítios arqueológicos, que estão sendo catalogados pelo PROCA (Programa de

Conscientização Arqueológica), ONG sediada em Campina Grande que atua em outros municípios da microrregião, como Monteiro e São Sebastião do Umbuzeiro.

Tecnologias alternativas para a convivência com o semi-árido

Em relação à segurança hídrica, há barragens subterrâneas (poucas), cisternas, poços tubulares ligados a cataventos e a bombas movidas a energia solar, tanques de pedra, poços amazonas e dessalinizadores. Há muitas experiências com métodos de irrigação que usam pouca água, como o microgotejamento e a micro-aspersão com hastes de cotonete. Em Monteiro, vi postos de saúde e grupos escolares da zona rural equipados com kits de energia solar.

AMBIENTE INSTITUCIONAL

A ordem política e a postura dos prefeitos

A primeira constatação sobre a ordem política no Cariri Ocidental paraibano é que ela apresenta, sobretudo, variabilidade. Isto indica que o tradicional domínio de uma elite situacionista encastelada no poder por força de articulações e métodos espúrios – grosso modo definido ora como “coronelismo”, ora como “política das oligarquias” – está em declínio na microrregião, embora haja muitas indicações de que suas práticas características, como o clientelismo e a patronagem, por exemplo, ainda continuem pautando as relações políticas locais de um modo geral.

Numa avaliação puramente “impressionista”, que deve, muito mais do que qualquer outra que formulei neste relatório, ser entendida como uma hipótese de pesquisa, podemos dizer que há casos que se aproximam mais da situação clássica de domínio do poder local, como em Sumé, onde o prefeito faz parte do grupo que exerce o poder local há décadas, tendo, ele próprio, sido eleito por outras duas vezes, e em São Sebastião do Umbuzeiro, cuja prefeita é irmã de um deputado e secretário de Estado e se vale desse vínculo para exercer o poder de uma maneira um tanto quanto autocrática. Por outro lado, há casos em que, pelo menos à primeira vista, o poder parece ser exercido mais democraticamente, como em Coxixola, cujo prefeito tem um discurso crítico em relação às práticas políticas tradicionais e é reconhecido por exercer uma gestão moderna e participativa, e em Prata, cujo prefeito, salvo melhor juízo, nos pareceu bastante ponderado em suas considerações

políticas, inclusive explicitando críticas ao clientelismo por iniciativa própria.

Quanto a Monteiro, há um consenso: todas as pessoas que entrevistei, inclusive o candidato do PT derrotado na última eleição, demarcam “dois tempos” na política municipal: “antes e depois de Batinga”. Inclusive, as pessoas evitam comentar o período anterior à eleição do atual prefeito, tido como caótico, quando “as famílias tradicionais dominavam a política”, nas palavras do candidato do PT.

De fato, embora Carlos Batinga seja monteirense, ele só apareceu na vida política do município em 1996, quando se candidatou a prefeito pelo PDT, depois de servir como secretário nas prefeituras de Salvador (BA), Natal (RN) e João Pessoa (PB). Visto como um “técnico” e portando um “discurso inovador”, Carlos Batinga articulou uma coligação ampla (PMDB, PFL, PDT, PL e PT), venceu a eleição com larga margem e implantou um governo caracterizado pela autonomia das secretarias. Segundo avaliação geral, a partir de seu governo, todos os serviços públicos melhoraram na cidade, notadamente a educação e a saúde, o que é atribuído à grande capacidade do prefeito em captar projetos e programas governamentais e não-governamentais para o município¹⁴.

Conselhos e associações

Em todos os municípios visitados há Conselhos de Desenvolvimento Rural constituídos, bem como outros conselhos previstos em lei para a obtenção de recursos oriundos de programas governamentais. Além dos conselhos, há também um grande número de associações, muitas de pequenos produtores rurais (em Monteiro, por exemplo, há 49), a maioria das quais, ao que tudo indica, são controladas por políticos, principalmente pelo grupo do prefeito. Como disse Everaldo, presidente de uma associação de pequenos produtores em uma reunião que presenciei, “A maioria dos presidentes são colocados pela prefeitura como uma pedra. Se morrer, coloca outra”.

Em regra, os CDR’s são presididos pelos prefeitos, que controlam a maioria dos conselheiros¹⁵, cuja representatividade é bastante discutível. Os CDR’s desempenham um papel puramente burocrático e se reúnem, na grande maioria das vezes para aprovação de

¹⁴ O prefeito instalou um escritório de representação do município em Brasília para captar recursos e programas.

¹⁵ Entre 13 e 15 de dezembro, a CUT vai oferecer um curso de capacitação de conselheiros na microrregião.

financiamentos, especialmente do PRONAF, e de projetos de eletrificação e perfuração de poços.

Em Coxixola, embora o CDR seja presidido pelo prefeito, ele parece ser mais representativo, pois, ao contrário das outras cidades, há apenas 4 associações de produtores rurais, definidas a partir da divisão territorial do município, o que foi feito, exatamente, para inviabilizar a ingerência política. Além disso o CDR parece desempenhar um papel bem mais efetivo, pois, segundo o prefeito, “a gente não faz nada aqui sem que o Conselho dê o aval”. Entre os exemplos citados, o prefeito nos disse que a política de águas do município foi elaborada pelo CDR e depois enviado à Câmara Municipal para votação. Também nos disse que muitos projetos dos vereadores são apresentados ao conselho para que este os discuta e emende, para, depois, voltarem à Câmara para serem votados.

Como em relação a outros temas abordados neste relatório, a questão do associativismo e dos conselhos deve ser aprofundada na pesquisa, pois se, por um lado, o atrelamento aos grupos políticos hegemônicos é quase uma regra, por outro, há experiências bastante promissoras. Além do caso de Coxixola, que, realmente, merece ser investigado, em Monteiro testemunhamos duas experiências, que compararemos oportunamente: por um lado, no PA Santa Catarina, houve um “racha” na primeira associação e hoje há três associações rivais, o que tem provocado sérios problemas, por exemplo, a renegociação de uma dívida do PROCERA, já citada neste relatório; por outro lado, duas associações de comunidades vizinhas, numa das regiões mais pobres do município, resolveram unir forças para atingirem objetivos comuns e têm conseguido vários avanços, como, por exemplo, o grupo escolar, que foi construídos por eles na frente de emergência, ser beneficiado pelo programa “Dinheiro na Escola” do FUNDEF. Outra experiência interessante é a do PA Estrela D’Alva em São Sebastião do Umbuzeiro, cuja associação decidiu administrar o dinheiro para a construção das casas coletivamente e fez uma licitação para a compra de todo o material: hoje há 53 casas construídas em um bom padrão, todas equipadas como cisternas, e ainda com sobras de material que foram usadas para a ampliação do projeto original.

SIMETRIA E EQUILÍBRIO DE INTERESSES

É outro tema que merece mais pesquisa, pois embora haja pelo menos três

ambientes de articulação governamental – o Pacto Novo Cariri, a Associação de Municípios do Cariri Ocidental e o CISCO (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cariri Ocidental) – alguns prefeitos, como o de Camalaú, nos disseram que, afora o CISCO, as outras articulações só se dedicam a identificar problemas, pois quando se trata de buscar soluções, cada prefeito age por si, articulando-se com o “seu” deputado ou procurando diretamente seus contatos nas instâncias executivas estaduais (o prefeito de Coxixola tem opinião semelhante, embora considere importantes estas articulações). Como no caso dos conselhos e associações, é necessário verificar até onde vai o individualismo político e os interesses concertados.

SUPORTE TÉCNICO

Pudemos perceber que há uma gama enorme de instituições interessadas em fomentar o desenvolvimento do Cariri Ocidental paraibano. Abaixo, uma lista não exaustiva:

- ✓ UFPB
- ✓ UFPB/NUPPA
- ✓ UFPB/PEASA
- ✓ SEBRAE
- ✓ EMBRAPA
- ✓ EMATER
- ✓ SUDENE/PNUD
- ✓ SUDEMA
- ✓ SICTCT/PPTA
- ✓ PROJETO COOPERAR
- ✓ SENAI
- ✓ FIEP
- ✓ DNOCS

- ✓ INCRA
- ✓ CUT
- ✓ IBASE
- ✓ ONG PROCA
- ✓ ONG PARAI'WA
- ✓ ONG VIVA NORDESTE

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E CULTURAL

Produção cultural

Dentre as muitas potencialidades culturais do Cariri Ocidental paraibano, a música é a mais forte. Terra de poetas, cantadores, repentistas e violeiros, como Pinto de Monteiro e Zé Marcolino, a região é palco de festivais e festas tradicionais, eventos que atraem um grande público e, por isso, são considerados hoje elementos fundamentais para a geração de renda. Em Monteiro, nos informou Simorion Matos, Secretário de Comunicação da Prefeitura, há 40 bandas de forró que geram em torno de 800 empregos. Em Sumé, há uma Banda Filarmônica Municipal com 60 componentes, que mantém uma escola de música para os jovens da cidade e, tradicionalmente, fornece músicos para a Banda dos Dragões da Independência. Entretanto, não há movimentos mobilizadores e a categoria dos músicos é, freqüentemente, taxada de “individualista”.

O Colégio Agrícola de Sumé

A experiência que mais me empolgou na pesquisa de campo no Cariri Ocidental paraibano foi conhecer o Colégio Agrícola Municipal de Sumé. Instalado em 1998, o colégio é sustentado com recursos da prefeitura, da SETRAS e com a venda de alimentos ali produzidos. Administrado de maneira participativa por uma entusiasmada equipe de 18 professores e técnicos, o Colégio oferece capacitação técnica em cinco especialidades – agricultura, irrigação, caprino e suinocultura, industrialização e bovinocultura (teoria) – a 230 alunos matriculados da 5ª à 8ª série, 80% deles habitantes da zona rural.

Penso que a melhor maneira de definir a prática que ali se desenvolve seja dizer que no Colégio se pesquisa e se ensina, com garra e criatividade, alternativas reais para o

desenvolvimento rural sustentável do semi-árido nordestino.

Há um experimento de domesticação do mocó, ao final do qual serão distribuídos casais para repovoamento em sítios e fazendas; há viveiros de asa branca, rolinha cascavel e canário da terra, para reprodução e devolução à natureza. As cabras, bodes e cabritos são alimentados exclusivamente com forragem nativa ou climatizada (avelós, palma forrageira, mandacaru, xique-xique, macambira, fenação de capim buffel, leucena, cunhã, algaroba, restos de culturas e feijão guandu), associada à indispensável suplementação mineral e vacinas. Em breve, o colégio receberá quatro casais de avestruzes que se juntarão ao casal de pavões e aos galos e galinhas exóticas. Há um experimento de avicultura alternativa com galinhas label rouge, que servem tanto para o corte quanto para a postura, e também criações de codornas e coelhos. Dois tanques já estão prontos para receberem tilápias.

Praticamente tudo que se planta é irrigado por gotejamento e ali foi construída a primeira barragem subterrânea do Cariri paraibano. Há um banco de proteína de leucena e cunhã e a horta orgânica que produz coentro, cebolinha, berinjela, cenoura, pimentão, alface, milho, repolho, beterraba e tomate (o único que recebe defensivo, apenas uma vez por semana). Há um experimento com algodão colorido e o pomar tem bananeiras, coqueiros, cajueiros, graviola, pinha sem caroço, maracujá, manga, laranja cravo, poncã, mimo do céu e goiaba.

Na área da fruticultura, o experimento mais interessante é o da uva. Plantada com metade dos adubos químico orgânico usualmente empregados, sem uso de hormônio ou dormex e com apenas 30% da quantidade normal de defensivo agrícola, a primeira safra foi um sucesso e, agora, há uma grande parreira plantada nos mesmos moldes. Augusto, o técnico responsável pelo experimento, que é irrigado por gotejamento – “é a prova de que é possível produzir com pouca água” – nos explicou que, devido ao alto índice de insolação da região, a uva dá 2 safras e meia por ano no Nordeste, ao passo que no Sul, dá apenas uma. Além disso, como a eclosão dos frutos depende de poda, o produtor pode programá-las de maneira a produzir uvas o ano inteiro, evitando perdas.

No colégio se produz queijo e iogurte que são vendidos toda sexta-feira em uma banca no centro da cidade, onde também são comercializados leite, hortaliças, legumes e frutas.

Em 22 de dezembro, o Colégio vai promover uma feira de caprinos (ali não vai ter “esquema”...) e o grande sonho da diretora, D. Quinquinha, é a instalação da mini-usina de leite de Sumé ali, o que, segundo ela, garantiria a independência financeira do Colégio. O projeto é estabelecer uma parceria com os pais dos alunos, que forneceriam o leite a ser processado por seus filhos, que sairiam capacitados na “cadeia produtiva” que hoje é considerada prioritária para o desenvolvimento sustentável do Cariri Ocidental paraibano. O prefeito de Sumé se comprometeu a comprar, em 2002, 600 litros de leite por dia para a distribuição no programa do leite e para uso na merenda escolar. D. Quinquinha já elaborou o projeto que necessita de R\$ 10.000,00 para ser implantado e bateu em muitas portas em João Pessoa, mas até agora só ouviu promessas.

Quando fui à Prefeitura entrevistar a secretária e braço-direito do prefeito sobre o pleito do Colégio, ela me disse que “o deputado Assis Quintans pediu para não liberar a mini-usina enquanto a sua usina não fosse inaugurada”. Saí dali triste, pensando nas contradições do Cariri paraibano, lembrando dos R\$ 82.000,00 destinados, “a fundo perdido”, para a AOCOP e dos 3.000 litros de leite comprados pelo governador para não se estragarem como os 5.000 litros de leite podre que foram enterrados há uns dois meses em Monteiro. 8.000 litros de leite valem R\$ 8.000,00 nas contas do governo da Paraíba. Não pude deixar de recordar, também, do gado do deputado Assis Quintans, solto na Fazenda Serrote Agudo, desapropriada pelo INCRA depois da ação liderada por Antônio Magro, bravo militante sem-terra e artesão sensível.

É o velho Cariri dos pobres e dos ricos, dos fracos e dos poderosos, das Quinquinhas e dos Quintans, dos Antônio e dos coronéis. Dom Hélder, rogai por nós...

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo: “O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural”, **Economia aplicada** (IPE/USP), vol. IV, nº 2: 379-397, abril/junho de 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo: “Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro”. São Paulo; Recife, MDA/FIDA/PDHC, versão preliminar.
- BATISTA, Francisco de Assis: Movimentos sociais no campo: o caso do STR de São Sebastião do Umbuzeiro/PB (Trajetória política do dirigente Luiz Silva). João Pessoa, Imprell, 1997.
- COHEN, Marianne & DUQUÉ, Ghislaine: Le deux visages du Sertão: Stratégies paysannes face aux sécheresses (Nordeste du Brésil). Paris, Éditions de L’IRD, 2001.
- DUARTE, Daniel: “Diagnóstico da desertificação no estado da Paraíba”. Palestra de abertura da **2ª Reunião Técnica para a elaboração da Política Estadual de Combate à Desertificação**. Monteiro, SUDEMA/SEBRAE, 2001
- IDEME: **Anuário estatístico da Paraíba – versão 99**. João Pessoa, Governo do Estado da Paraíba, 1999 (cd-rom).
- SABOURIN, Eric: “Construção dos territórios e apoio às coletividades locais e regionais do Nordeste semi-árido”, **Seminário Internacional Planejamento e Desenvolvimento Regional**. Campina Grande, setembro de 1999.
- SEBRAE: PROCARIRI: Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Cariri Paraibano – síntese. João Pessoa, Sebrae, 2001.
- SEBRAE: “Começando em conjunto: pequenos empreendedores buscam o Sebrae e fundam cooperativa”, **Conexão Paraíba**, Ano 2, nº 11. João Pessoa, SEBRAE, outubro de 2001.
- SEBRAE: “Vida nova para o Cariri”, **Conexão Empresarial**, nº 29. Brasília, SEBRAE, novembro de 2001.
- UGP: Território: unidade de planejamento para a ação do Projeto Dom Hélder Câmara. Recife, novembro de 2001, mimeo.